

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Do Sr. Patrus Ananias - PT/MG)

Solicita informações ao Exmo. Sr.
FERNANDO COELHO FILHO, Ministro de
Minas e Energia.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a, com base no artigo 50, da Constituição Federal e na forma dos artigos 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno, seja solicitado informações ao Exmo. Sr. **FERNANDO COELHO FILHO**, Ministro de Minas e Energia.

O jornal britânico The Guardian, um dos mais respeitados do mundo pela fidedignidade de suas informações, publicou matéria, em 19 de novembro do corrente, na qual se afirma que:

A Grã-Bretanha pressionou com sucesso o Brasil em nome da BP e da Shell para responder às preocupações dos gigantes do petróleo em relação à tributação brasileira, regulação ambiental e regras sobre o uso de empresas locais, revelam documentos do governo.

O ministro do Comércio do Reino Unido viajou para o Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo em março para uma visita com um "foco pesado" em hidrocarbonetos, para ajudar as empresas britânicas de energia, mineração e água a obter negócios no Brasil.

Greg Hands (o ministro do comércio do Reino Unido) se encontrou com Paulo Pedrosa, vice-ministro brasileiro de minas e energia (o secretário-executivo do ministério), e "diretamente" levantou as preocupações das empresas petrolíferas Shell, BP e Premier Oil britânicas sobre "tributação e licenciamento ambiental".

Pedrosa disse que estava pressionando seus homólogos no governo brasileiro sobre as questões, de acordo com um telegrama diplomático britânico obtido pelo Greenpeace.

O telegrama referido na matéria foi obtido pela organização UNEARTHED, que faz investigações para o Greenpeace. Segunda essa organização, houve erro na manipulação do documento. Em vez de colocarem as famosas tarjas pretas nas partes sensíveis, eles as realçaram em amarelo. Isso permitiu que a UNEARTHED, que obteve o telegrama com base em lei britânica semelhante à nossa Lei de Acesso à Informação, pudesse tomar conhecimento das "ligações perigosas" entre Pedrosa e Greg Hands.

No Reino Unido, a preocupação fundamental é com a questão ambiental, pois esse lobby do governo britânico estaria, segundo o Greenpeace, em contradição com os compromissos internacionais que o Reino Unido assumiu, em relação ao aquecimento global. Recorde-se que o Greenpeace vem fazendo também uma campanha contra o lobby que empresas europeias de petróleo, como

a Total francesa e a Shell britânica, estão realizando para prospectar petróleo na bacia amazônica.

Contudo, o **telegrama oficial revelado** levanta graves suspeitas de que as empresas e as autoridades britânicas pressionaram diretamente o governo brasileiro para obter a isenção de impostos e o fim da política de conteúdo local e que o secretário Pedrosa fez lobbies junto a seus homólogos para obter as concessões pretendidas pelos britânicos.

De fato, o texto do telegrama, datado de março deste ano, afirma que nos últimos seis meses ocorreram anúncios positivos sobre na redução das exigências de conteúdo local e que num café da manhã privado, os beneficiários dessas mudanças (grifo nosso), Shell, BP e Premier Oil, expuseram suas preocupações remanescentes referentes a impostos e licenças ambientais.

Ainda conforme o telegrama oficial do governo britânico, o diretor de Gás e Óleo do DIT (Department of International Trade- o ministério britânico de comércio exterior) Graig Jones, continuou o diálogo no dia seguinte, liderando um seminário sobre política de conteúdo local, no quartel general (headquarters) do regulador brasileiro de óleo e gás.....(grifo nosso).

O telegrama revela indícios de que os britânicos não apenas pressionaram, mas foram vitoriosos em seus pleitos. A Medida Provisória nº 795, de 2017 isentou totalmente as empresas estrangeiras de impostos, inclusive do imposto de importação sobre material a ser utilizado na prospecção e operacionalização dos poços, uma renúncia fiscal de cerca de R\$ 700 bilhões, inaugurando a política de incentivo ao conteúdo internacional, em detrimento da política de conteúdo local, que foi totalmente abandonada.

Em face da gravidade dos fatos narrados, solicito as seguintes informações:

1) Quais agendas realizadas com a participação do Ministro de Estado, de autoridades subordinadas, ou, ainda, com a participação de autoridades representantes de órgãos vinculados a este Ministério, com o Sr. Greg Hands, Ministro do Comércio do Reino Unido, entre abril de 2016 e novembro de 2017?

2) Quais agendas realizadas com a participação do Ministro de Estado, de autoridades subordinadas, ou, ainda, com a participação de autoridades representantes de órgãos vinculados a este Ministério, com autoridades do governo do Reino Unido, entre abril de 2016 e novembro de 2017, para tratar de assuntos relativos a: i) exploração de óleo e gás em áreas do pré-sal brasileiro; ii) política de conteúdo local e impostos cobrados de empresas estrangeiras na exploração de óleo e gás em áreas do pré-sal brasileiro; iii) conteúdo de editais leilões de exploração de óleo e gás em áreas do pré-sal brasileiro? Foi realizada alguma agenda por parte de qualquer das autoridades mencionadas no exterior para tratar de tais assuntos?

3) Quais agendas realizadas com a participação do Ministro de Estado, de autoridades subordinadas, ou, ainda, com a participação de autoridades representantes de órgãos vinculados a este Ministério com agentes privados, especialmente com representantes de empresas do ramo petrolífero e de óleo e gás, entre abril de 2016 e novembro de 2017, para tratar de assuntos relativos a: i) exploração de óleo e gás em áreas do pré-sal brasileiro; ii) política de conteúdo

local e impostos cobrados de empresas estrangeiras na exploração de óleo e gás em áreas do pré-sal brasileiro; iii) conteúdo de editais leilões de exploração de óleo e gás em áreas do pré-sal brasileiro? Constam entre as empresas que se reuniram com autoridades públicas, a empresa Shell, British Petroleum, Premier Oil? Foi realizada alguma agenda por parte de qualquer das autoridades mencionadas no exterior para tratar de tais assuntos? Requer-se a disponibilização da pauta e ata de cada reunião.

4) Disponibilização de notas técnicas, pareceres jurídicos e documentos técnicos que instruem o posicionamento deste Ministério referente a: i) edição da Medida Provisória 795, de 2017; ii) conteúdo de editais leilões de exploração de óleo e gás em áreas do pré-sal brasileiro.

5) Verificação da existência em algum dos processos referentes ao item anterior de documentos fornecidos por empresas do ramo petrolífero e de óleo e gás?

Estamos certos de que estas informações serão importantes para a elucidação dos fatos.

Sala das Sessões, em de novembro de 2017.

PATRUS ANANIAS
Deputado Federal